

O TRAÇADO URBANO (REGULAR) DE SALVADOR SÉC XVI - XVIII¹

Lígia Conceição Santana²

A cultura urbanística das primeiras cidades brasileiras tem em comum o planejamento segundo os moldes portugueses com vistas ao povoamento, colonização e defesa. No Brasil, ao longo do período entre os séculos XVI e XVII, os traçados geometrizados foram mais presentes, tanto no planejamento como na expansão das cidades existentes, de modo que planejamento e controle urbano estiveram associados à regularidade do traçado. Um modelo arquitetônico uniforme seguido pelas demais construções da rua, praça ou cidade, mas que não ficou restrito apenas ao espaço oficial.

Tanto o espaço preexistente como as aldeias indígenas e os quilombos – implantados ao longo do século XVIII, também seguiram os cânones do traçado regular. O que equivale a dizer que nem mesmo o espaço já demarcado e o da exclusão estiveram fora do condicionamento. Nesse caso, a iconografia permite identificar a circularidade cultural pela apropriação da organização do espaço oficial, que faz com que o espaço dominado e o da exclusão também se moldem ao traçado regular, o modelo oficial – embora também o resignifiquem, adequando-o às suas necessidades e valores culturais.

A estrutura de ocupação do território brasileiro sugere espontaneidade e adaptação às condições geográficas existentes, por meio de um desenho simples e linear de ocupação do solo, geralmente com o núcleo central localizado em áreas de boa defesa e porto natural. Apesar de alguns autores indicarem apenas a espontaneidade, a análise ideográfica dos desenhos nos mostra o contrário.

Neste artigo, discutiremos como é possível, pelo desenho-registro, fazer-se a leitura histórica sobre as primeiras fases do desenvolvimento urbano, as construções iniciais e as regras de configuração espacial implantadas no Brasil.

1. DESENHO X HISTÓRIA

O desenho pode ser tratado como fonte de conhecimento, interpretação e crítica como qualquer outro documento histórico, distanciando-se de mera imagem complementar. Essa é a proposta de trabalho da equipe do Núcleo de Desenho e Artes e do Centro de Pesquisa em Desenho da UEFS.

Os registros históricos, sejam eles escritos ou gráficos, constituem-se como testemunho do tempo, da memória e da experiência. Por isto, jamais poderão ser apreendidos enquanto fenômeno isolado, já que se articulam com a transmissão da cultura. A interpretação do Desenho-registro deve estar aliada à construção crítica de seu contexto, da sua elaboração, do seu produtor e do seu possível leitor.

Segundo Oliveira e Trinchão (1998, p.156), o desenho permite uma apreensão multidisciplinar, já que

[...] o ato de desenhar não é só uma forma de expressão, como também traz em si a idéia de perpetuar com uma forma de registrar. Por outro lado, quando pensamos o

¹ Pesquisa de iniciação científica desenvolvida sob a orientação da Professora Lysie dos Reis Oliveira, doutoranda em História Social/UFBa, Núcleo de Desenho e Artes da UEFS lysie60@hotmail.com.

² Acadêmica do Curso de História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, bolsista de iniciação científica PROBIC. Ligia_Santana@hotmail.com.

caráter da história, seja ela qual for, percebemos que ela não é um contínuo de acontecimentos homogêneos e vazios. A História, tal qual o Desenho, é registro.

É a partir desta relação que pode ser estabelecida a interação entre os campos em que Desenho e História buscam uma releitura crítica, uma vez que o Desenho é interpretado como linguagem de comunicação por ser passível de decodificação e possibilitar releituras históricas do passado.

Esse processo metodológico ainda encontra resistência entre os historiadores, embora já estejam familiarizados com a investigação através da imagem, tais quais fotos, cartões, móveis, cartografia ou obras de artes como plenos objetos de análise histórica. Assim, Oliveira e Trinchão (1998, p. 163) defendem que o desenho vem, historicamente, permitindo o reencontro entre o presente e o passado – por ser a expressão gráfica do pensamento ou de uma idéia – e tem o caráter de transmissor de informações ao homem, proporcionando um efeito imediato de interação de comunicação entre as pessoas ou de si mesmo com o passado.

Neste trabalho buscar-se-á demonstrar como a interação entre desenho e história pode ser útil para o entendimento da cultura urbanística para além da estratégia de povoamento, defesa e controle urbano.

2. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DISCUSSÕES PRELIMINARES

A historiografia brasileira, até meados dos anos 60, consagrou a interpretação do urbanismo colonial brasileiro como espontâneo ou orgânico, em oposição ao urbanismo planejado e racional espanhol. A dicotomia que separa as teses sobre desleixo e ordem tem início nos anos 30 com Holanda (1930) que, ao publicar *Raízes do Brasil*, ressalta a estabilidade do traçado apenas nos centros urbanos da América espanhola, que segundo sua análise, não seriam moldados pela sinuosidade presente nas cidades que os portugueses construíram na América.

Para Pereira (2000, p. 540), a tese de que as vilas portuguesas não eram traçadas geometricamente foi reforçada por Robert Smith (1955), quando este afirma que em 1763, quando a Bahia deixou de ser capital do Brasil era tão medieval quanto Lisboa na véspera das grandes reformas de Pombal. Também considerou apenas os espanhóis como suficientemente instruídos para executar um gradeado regular de ruas que se entrecruzam ao redor da praça central, já que estes seguiam às determinações contidas nas *Leyes de Índias*³.

Santos (1968), em *Formação de cidades no Brasil colonial*, também percebe a espontaneidade no traçado urbano da cidade colonial e vai além dessa percepção por fazer uso da cartografia de várias cidades no mundo⁴. A partir de então estabeleceu comparações com a cartografia das cidades coloniais no Brasil para identificar a busca pela regularidade do traçado. Reis Filho (1968) também utiliza a iconografia para investigar o processo social de ocupação e posse de territórios do ultramar. Considerou que estes traduziam uma ação conjunta de interesses econômicos, políticas de colonização centralizada e política de urbanização⁵.

Por isso, apenas com a centralização administrativa e a necessidade de enrijecimento da política de colonização é que se tem a ampliação da rede urbana e investimentos em práticas mais sofisticadas de urbanização, o que faz das vilas do século XVIII distinguirem-se das que as precederam por terem um traçado previamente ordenado. Neste sentido, não apenas aproxima-se de Santos (1968) como elabora com mais ênfase a percepção do traço regular, principalmente por recorrer a um número de fontes maior focando análise apenas nas cidades coloniais.

³ Conjunto de leis que regulavam desde a inserção das edificações até o planejamento das cidades de colonização hispânica. Resultado da experiência da tradição espanhola de construção.

⁴ Damão na Índia portuguesa, Buenos Aires de 1583 e plantas ideais da Renascença.

⁵ Planos de urbanização dos períodos joaninos (1706-1750) e pombalino (1750-1777) e os planos de Salvador (1549).

3. URBANIZAÇÃO COLONIAL BRASILEIRA

Segundo Teixeira (1996), no Brasil, como em muitas cidades portuguesas, a implantação atendeu à necessidade militar de defesa. Inicialmente seguiu-se uma povoação linear ao longo da praia, ligando dois pólos primordiais de ocupação, capelas, fortes, a casa do capitão donatário ou núcleos de povoamento iniciais. Localizados em posições extremas na baía, muitas vezes tornavam-se centros de atividades e comércio, cujo desenvolvimento dependia dos próprios colonos.

A estruturação da ocupação do território adaptou-se às condições geográficas existentes e a uma forma simples e linear de povoamento, já que o núcleo urbano localizava-se em área de boa defesa e porto natural. Como a defesa era essencial, a muralha foi a primeira estrutura construída, seguida pela estruturação interna da cidade. Na malha inicial de cidade, composta de dois quarteirões, um deles mostra influência medieval e o outro apresenta morfologia e estrutura diferentes no loteamento com ruas, seguindo uma estrutura de hierarquia mais elaborada.

As cidades portuguesas, planejadas em Portugal nos séculos XIII e XIV, e mesmo as construídas fora da Europa, guardam os mesmos objetivos: defender o território, povoar e colonizar. Por isso era necessário construir com certa rapidez as infra-estruturas urbanas necessárias para implantação da população. Isto era feito recorrendo-se à experiência urbanizadora mais recente. Nesse sentido, as cidades Funchal e Ponta Delgada (em Madeira e Açores, respectivamente) do século XV, e Salvador, iniciada em quinhentos, todas de origem portuguesa, possuem um núcleo urbano cuja forma e estrutura assemelham-se às características morfológicas urbanas medievais.

Para Teixeira (1996), o uso dessa estrutura demonstra a existência de princípios urbanísticos e experiência urbanizadora de origem medieval, o que foi uma referência na construção de cidades atlânticas no século XV e das primeiras cidades brasileiras no século XVI. Por isso, para Teixeira (1996) o objetivo comum das ações tomadas por D. Afonso V e D. Manuel I – em relação ao ordenamento dos espaços urbanos de Lisboa em meados dos quinhentos – visava à modernização das cidades pela intervenção naqueles espaços consolidados, de origem medieval, ou programando e estruturando a sua expansão. A inclusão ou implantação das praças atende ao desejo dos novos conceitos espaciais e funções urbanas da cidade renascentista em processo de implantação, e, por isso, aquelas de origem medieval são modificadas segundo este preceito de regularidade.

Ainda de acordo com Teixeira (1996), a estratégia presente no projeto de intervenções urbanísticas nas cidades portuguesas, como Funchal, em fins do século XV e início do XVI, foi o mesmo implantado no Brasil também a partir da segunda metade do século XVI. A idéia era a de construir uma expansão urbana integrada por meio de um traçado regular: as ruas deixavam de ser longitudinais com uma curta distância para serem traçadas com uma distância maior, formando quarteirões alongados perpendiculares à linha do mar. Rio de Janeiro e Salvador, no Brasil, e o bairro Alto, em Lisboa, são apontados como exemplos dessa regularidade. As cidades brasileiras deste período guardam uma dupla origem portanto: a informal, da Idade Média, e a formalizada, da Renascença.

Já no Brasil, ao longo do séc. XVII, os traçados geometrizados são mais presentes, seja no planejamento ou na expansão das cidades existentes, onde os sítios planos são preferidos aos acidentados, reforçando a opção pela regularidade⁶. No decorrer do século VIII, os planos de cidades portuguesas seguem exatamente uma geometrização na maioria das vezes ortogonal, o que as identifica com o urbanismo clássico proposto pelos romanos.

⁶ “[...] uma hierarquia de ruas bem definidas, em que se alternam ruas de frente e de traseiras, cortadas por transversais; quarteirões de forma alongada e estreita, cada um deles composto por um número idêntico de lotes: lotes urbanos que iam de um lado ao outro dos quarteirões, com uma frente para a rua principal e outra frente para uma rua secundária; e esta localização de espaços vazios na periferia destas malhas urbanas, e que acolhiam algumas funções associadas às praças [...]” (TEIXEIRA, 1996, p. 574).

4. O DESENHO URBANO

A fundação de Salvador inaugura outra fase do urbanismo colonial com a instalação de uma fortaleza-forte ou praça forte, projetada por Luis Dias seguindo regimento real. Assim se compõe o centro principal de afirmação de posse e defesa do território brasileiro que não foram realizadas a esmo (SANTOS,1969, p. 80), prova disto são os projetos feitos aqui e enviados ao reino para aprovação.

Reis Filho (1968) afirma que grande parte dos estudos existentes sobre o urbanismo não atenta para a distinção das etapas do desenvolvimento brasileiro e as inúmeras diversidades regionais. Muito menos fazem-se perceber os níveis de complexidade das formações urbanas como vilas, cidades e arraiais, além de desconsiderarem-se as suas particularidades da constituição histórica. Tais explicações se mostram insuficientes para entender-se a diversidade de comportamentos urbanos, pois a regularidade com que alguns elementos repetem-se nas vilas e cidades exige o abandono da idéia de simples fenômeno aleatório e a aceitação de algumas formas de condicionamento explicada pela tradição, plano ou pela conjugação destes fatores. Para flagrar o processo examinado é recorrente a utilização de Cartas Régias, Atas da Câmara ou Códigos de Postura, mas essa identificação também é possível por meio da representação por imagens num exercício de análise do desenho documento.



Figura 1 - Planta da Restituição da Bahia (REIS FILHO, 2000, p. 7).

De acordo com esse manuscrito, o núcleo seria bastante irregular, em forma de trapézio, baluartes nos quatro cantos e, a meio dos lados maiores, três praças também regulares. Na menor delas, encontra-se a Igreja d'Ajuda e, circundando-a, o dique construído pelos holandeses. Nesse registro percebem-se as principais características de distribuição espacial: duas portas, a de São Bento (ao Sul) e do Carmo (ao Norte), além das praças do Terreiro de Jesus e do Palácio, também usadas para mercado. Em ambas, o traçado irregular; no conjunto o predomínio da tendência ao xadrez. A irregularidade nesses casos terá sentido funcional e necessário à simplicidade das comunicações entre ruas e quarteirões. Um conjunto agradável que, além de quebrar a monotonia, funciona como solução urbanística e reafirma sua dupla origem informal e formalizada, mas sempre na busca de regularidade (SANTOS, 1968).

Pode-se perceber enfim, na considerável extensão da cidade, a evidente preocupação com a defesa nos moldes medievais: a fortaleza. Uma geometrização não muito perfeita, mas que se adapta às condições de defesa e topografia, aproximando-se, assim, dos tipos ideais renascentistas comuns à traça das cidades portuguesas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Reis Filho (1968, p.128), tanto os padrões de racionalidade como os de regularidade – presentes nas medidas de controle das transformações da organização urbana aplicada no Brasil – devem sempre ser referenciados ao estado do conhecimento e da prática de arquitetura e de urbanismo vigentes na Europa àquela época. Os esquemas adotados para as cidades ligavam-se ainda às novas experiências das cidades dos fins da Idade Média, como muralhas e plantas retangulares, aplicações que se prendiam muitas vezes às vantagens do plano xadrez, como se mencionou.

Neste trabalho, pretendemos demonstrar algumas convergências e contrapontos entre a literatura específica e a iconografia do período estudado, com a intenção de discutir o elo de comunicação possível entre a História e o Desenho. Trata-se de campo de análise ainda pouco explorado, pois que há uma grande deficiência nos estudos de História sobre as cidades e o urbanismo brasileiro. Isso decorre de que pouco se considera o depoimento do *Desenho-registro* como fonte de pesquisa histórica.

6. REFERÊNCIAS

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. Tradução: Silvia Mazza. São Paulo. Perspectiva. 1983.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Fontes e fundos de documentos para pesquisa histórica. In: 1º. CICLO DE CONFERÊNCIA E CURSOS DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 2002.

_____. Bahia: criação de rede urbana no século XVIII. CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 4., 2001. **Anais...** Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Fundação Gregório de Matos, 2001.v 2., p 567-583.

OLIVEIRA, Lysie dos Reis e TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa. A história contada a partir do desenho. In: ANAIS DO GRÁFICO 98 (CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENGENHARIA GRÁFICA NAS ARTES E NO DESENHO E SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMETRIA DESCRITIVA). Feira de Santana. UEFS, 1998. il.

OLIVEIRA, Lysie dos Reis e TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa. A história contada a partir do desenho. In: ANAIS DO GRÁFICO 98 (CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENGENHARIA GRÁFICA NAS ARTES E NO DESENHO, E SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMETRIA DESCRITIVA). Feira de Santana. UEFS, 1998.

PEREIRA, Sônia Gomes. O estado da questão do urbanismo colonial português na historiografia atual brasileira. In: ATAS DO IV COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE. A arte no mundo português dos séculos XVI ao XX: confrontos, permanências e mutações, 4. ed. Salvador: Museu de Arte Sacra: Reitoria da UFBA, 200.p 539-571.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução urbana no Brasil, 1500 – 1720**. São Paulo:Pioneira: Edusp, 1968.

_____. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. Col. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Paulo Júlio Valentino Bruna. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000.

SANTOS, Paulo Ferreira. Formação de cidades no Brasil colonial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS. Coimbra, Porto Alegre: ABEA, UFRGS, CONFEA, 1968,125 p.:il

TEIXEIRA, Manuel Carlos. A influência de modelos urbanos portugueses na origem da cidade brasileira. In: ANAIS DO IV SEMINÁRIO DE HISTORIA DAS CIDADES E DO URBANISMO. Rio de Janeiro: PROURB, 1996. v. 1, p. 572-583.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e Permanências (1549-1999). Ilhéus: EDITUS, 2002. 456p.:il